ESTADO de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE Galvao

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO  
DAS METAS FISCAIS

1º Quadrimestre/2019

exigência legal

Lei Complementar n°101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9°, § 4°

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

temas a serem apresentados

* Execução Orçamentaria
* Metas Arrecadação
* Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
* Aplicação de Recursos em Educação (25%)
* Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
* Despesas com Pessoal
* Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Lei 4.320/64, Art. 2° - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1° Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos n°6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

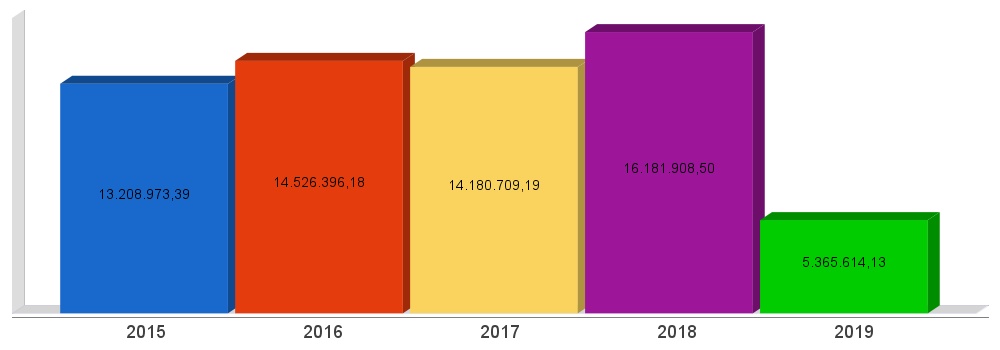
|  |  |
| --- | --- |
| Receita Arrecada em Exercícios Anteriores | |
| **Exercício** | **Valores** |
| 2015 | 13.208.973,39 |
| 2016 | 14.526.396,18 |
| 2017 | 14.180.709,19 |
| 2018 | 16.181.908,50 |

|  |  |
| --- | --- |
| Receita Arrecadada até 1º Quadrimestre/2019 | |
| Receita Orçamentária | 5.365.614,13 |
| Média Mensal | 1.341.403,53 |

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Orçamentaria |



despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

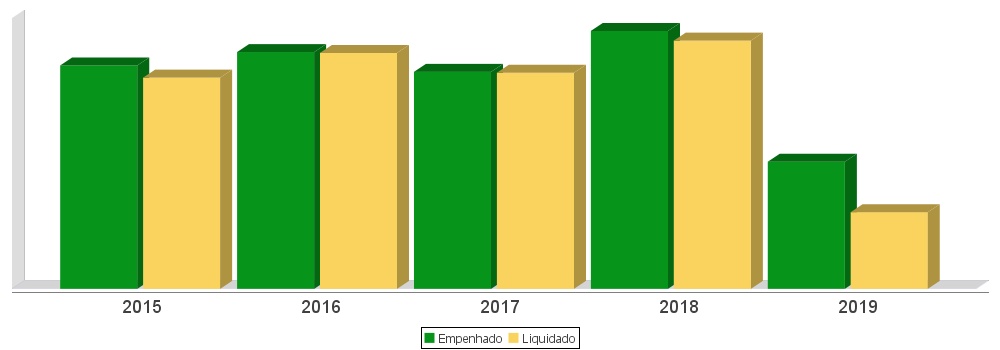
|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Despesa Realizada em Exercícios Anteriores | | |
| **Exercício** | **Empenhado** | **Liquidado** |
| 2015 | 13.315.946,14 | 12.590.085,98 |
| 2016 | 14.114.359,45 | 14.064.359,45 |
| 2017 | 12.934.949,59 | 12.880.850,81 |
| 2018 | 15.374.761,70 | 14.798.259,55 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Despesa até 1º Quadrimestre/2019 | | |
| Despesa Orçamentária | 7.577.800,97 | 4.570.030,63 |
| Média Mensal | 1.894.450,24 | 1.077.881,44 |

despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada |



receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

LRF, Art. 2° - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

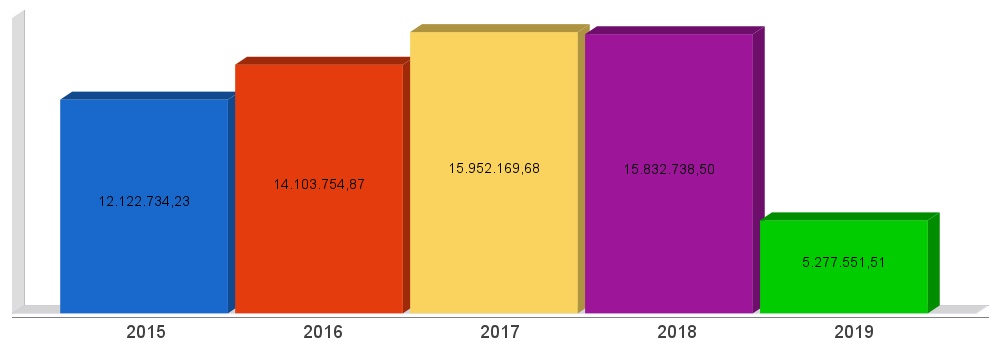
|  |  |
| --- | --- |
| Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores | |
| **Exercício** | **Valores** |
| 2015 | 12.122.734,23 |
| 2016 | 14.103.754,87 |
| 2017 | 15.952.169,68 |
| 2018 | 15.832.738,50 |

|  |  |
| --- | --- |
| Receita Corrente Líquida Arrecadada até 1º Quadrimestre/2019 | |
| Receita Corrente Líquida | 5.277.551,51 |
| Média Mensal | 1.319.387,88 |

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) |



execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |  |
| --- | --- |
| **Receitas Arrecadadas** | |
| **Receitas Correntes (I)** | **5.277.551,51** |
| Receita Tributária | 160.545,60 |
| Receita de Contribuições | 67.009,00 |
| Receita Patrimonial | 49.718,44 |
| Receita Agropecuária | 5.045,69 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 37.783,06 |
| Transferências Correntes | 5.851.963,06 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -907.928,68 |
| Outras Receitas Correntes | 13.415,34 |
| **Receitas de Capital (II)** | **88.062,62** |
| Operações de Crédito | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 88.062,62 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)** | **5.365.614,13** |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |  |
| --- | --- |
| **Despesas Liquidadas Por Órgão de Governo** | |
| 0102 - GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO | 112.034,09 |
| 0103 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO | 430.179,71 |
| 0104 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 1.222.357,60 |
| 0105 - SECRET. MUN. DESENV. SOCIAL, CULTURA E ESPORTES | 205.464,99 |
| 0106 - SEC. MUN. DESENV. RURAL, AGRICULT E MEIO AMBIENTE | 240.069,17 |
| 0107 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA | 699.482,58 |
| 0108 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 |
| 0109 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 61.549,68 |
| 0210 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE | 1.288.815,01 |
| 0311 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 109.487,51 |
| 0801 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | 200.590,29 |
| **Total (IV)** | **4.570.030,63** |

execução orçamentária

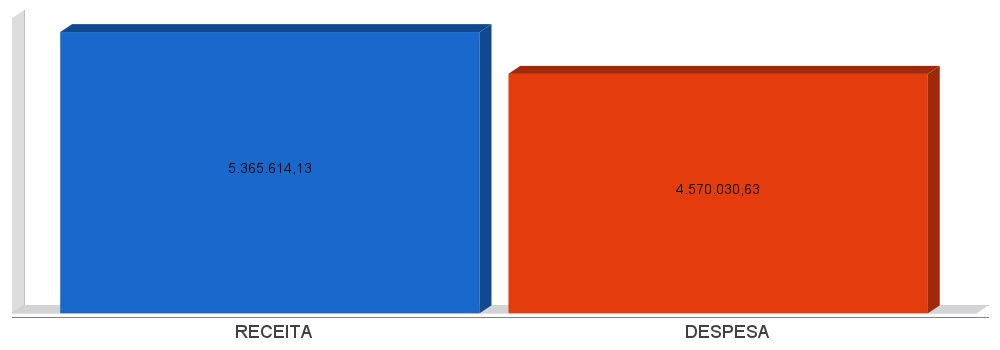
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |  |
| --- | --- |
| Execução Orçamentária e Financeira | |
| Superávit Financeiro do Exercício Anterior (V) | 0,00 |
| Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV) | **795.583,50** |
| **Superávit (VII) = (V + VI)** | **795.583,50** |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
|  |



metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

metas de arrecadação

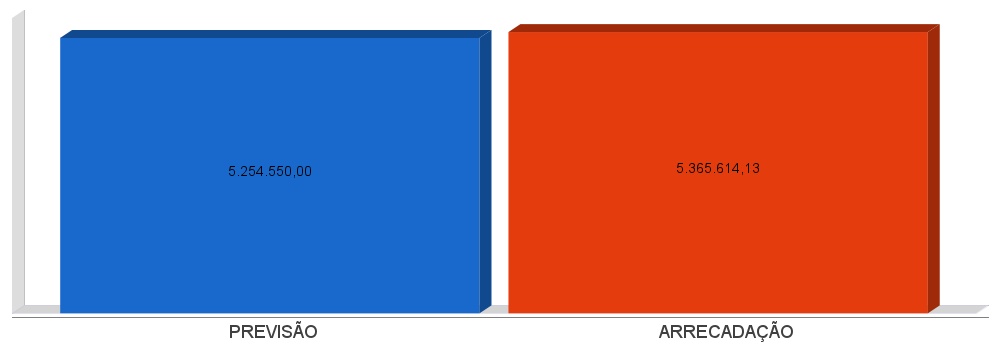
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |  |
| --- | --- |
|  | |
| **Receitas Orçamentárias** | **Previsão** | **Arrecadação** | **Diferença** |
| **Receitas Correntes (I)** | **5.250.550,00** | **5.277.551,51** | **27.001,51** |
| Receita Tributária | 145.000,00 | 160.545,60 | 15.545,60 |
| Receita de Contribuições | 56.000,00 | 67.009,00 | 11.009,00 |
| Receita Patrimonial | 48.000,00 | 49.718,44 | 1.718,44 |
| Receita Agropecuária | 18.550,00 | 5.045,69 | -13.504,31 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 22.000,00 | 37.783,06 | 15.783,06 |
| Transferências Correntes | 4.930.000,00 | 5.851.963,06 | 921.963,06 |
| (-) Deduções das Trasnrências Correntes | 0,00 | -907.928,68 | -907.928,68 |
| Outras Receitas Correntes | 31.000,00 | 13.415,34 | -17.584,66 |
| **Receitas de Capital (II)** | **4.000,00** | **88.062,62** | **84.062,62** |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 4.000,00 | 88.062,62 | 84.062,62 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)** | **5.254.550,00** | **5.365.614,13** | **111.064,13** |

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

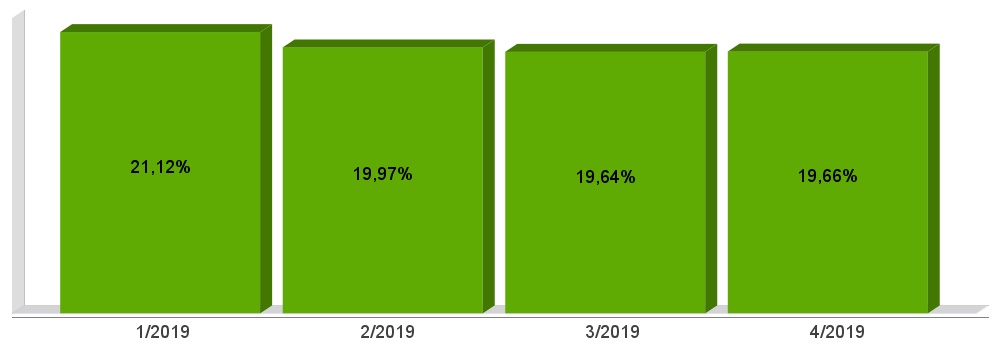
"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art´s. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)** | **4.670.891,33** |
| **Despesas por função/subfunção (II)** | **1.288.815,01** |
| **Deduções (III)** | **370.523,43** |
| **Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)** | **918.291,58** |
| **Mínimo a ser aplicado** | **700.633,75** |
| **Aplicado à maior** | **217.657,83** |
| **Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100** | **19,66** |

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

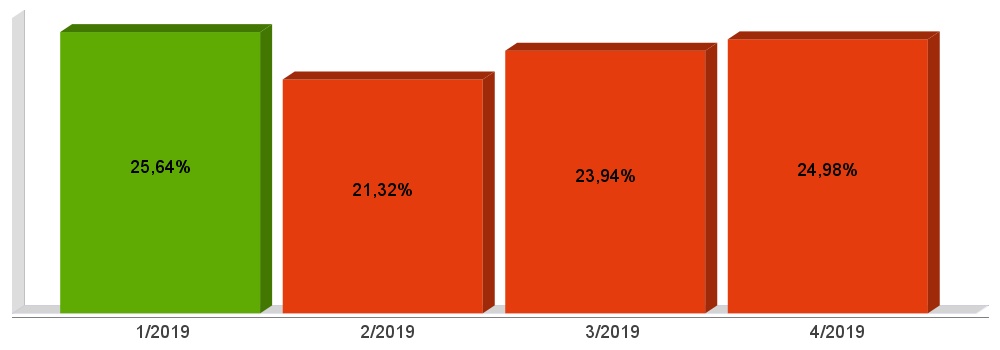
LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)** | **4.670.891,33** |
| **Despesas por função/subfunção (II)** | **1.173.124,37** |
| **Deduções (III)** | **189.792,28** |
| **Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)** | **-183.286,68** |
| **Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)** | **1.373.240,45** |
| **Mínimo a ser aplicado** | **1.167.722,88** |
| **Aplicado à Menor** | **-1.104,10** |
| **Percentual aplicado = (V) / (I) x 100** | **24,98** |

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

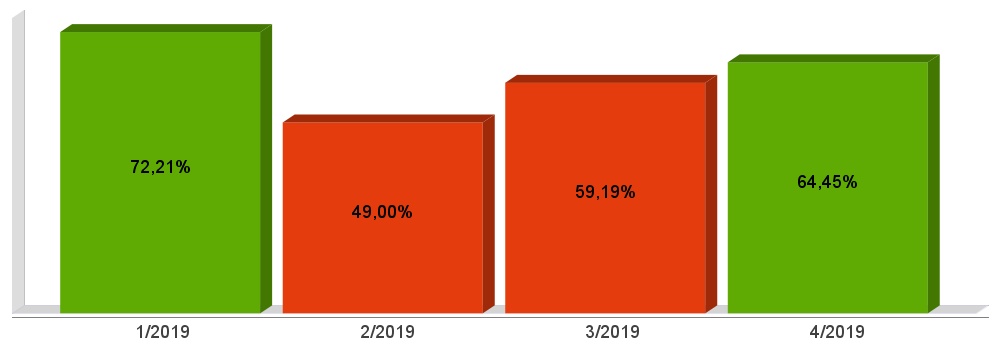
ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita do FUNDEB (I)** | **726.104,29** |
| **Despesas (II)** | **468.000,59** |
| **Mínimo a ser Aplicado** | **435.662,59** |
| **Aplicado à Maior** | **32.338,00** |
| **Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100** | **64,45** |

APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

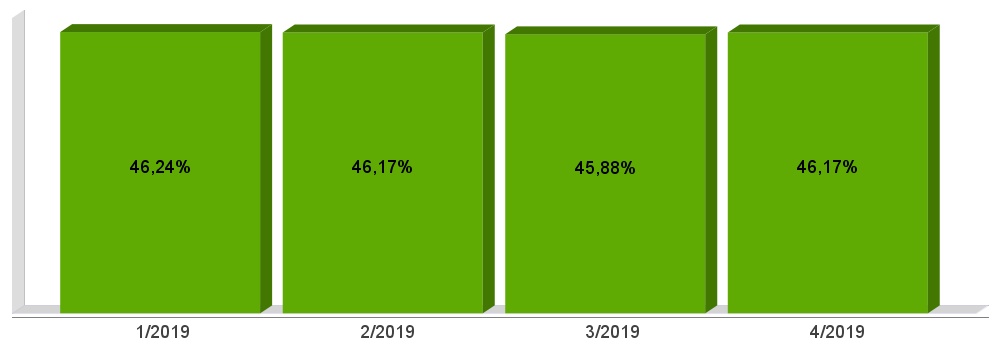
Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)** | **16.313.353,76** |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)** | **7.532.297,04** |
| **Limite Prudencial - 51,30%** | **8.368.750,48** |
| **Limite Máximo - 54,00%** | **8.809.211,03** |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100** | **46,17** |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

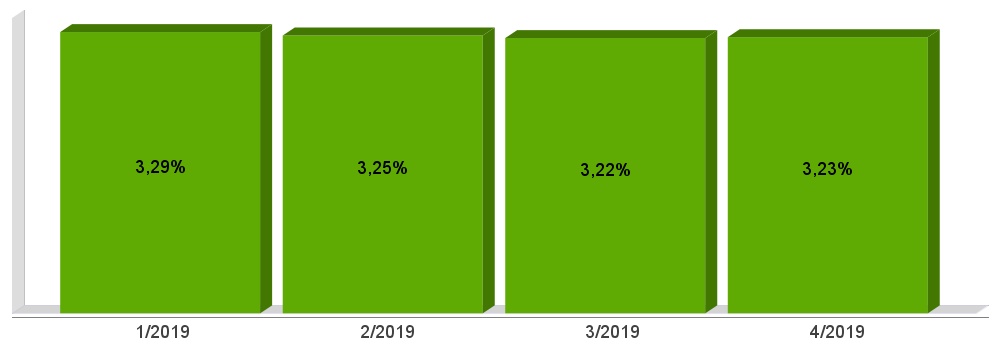
Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)** | **16.313.353,76** |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)** | **526.915,95** |
| **Limite Prudencial - 5,70%** | **929.861,16** |
| **Limite Máximo - 6,00%** | **978.801,23** |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100** | **3,23** |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

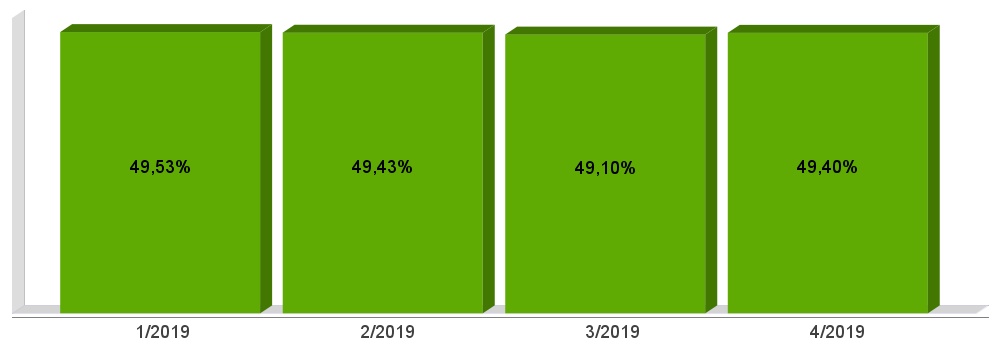
Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)** | **16.313.353,76** |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)** | **8.059.212,99** |
| **Limite Prudencial - 57,00%** | **9.298.611,64** |
| **Limite Máximo - 60,00%** | **9.788.012,26** |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100** | **49,40** |

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE  
INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA

Lei Complementar n° 101/2000, Art. 9°, § 4°

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Unidade Gestora: 03 - Assitencia Social** | | | | | |
| **Atividade** | **Previsão** | **Suplementações** | **Anulações** | **Execução** | **Saldo atual** |
| 2032 - Manut do Fundo M. de Assistência Social | | | | | |
|  | 253.920,00 | 0,00 | 0,00 | 116.711,34 | 137.208,66 |
| 2033 - Manut. Bloco PSEMC - FNAS | | | | | |
|  | 6.510,00 | 9,80 | 0,00 | 5.399,04 | 1.120,76 |
| 2034 - Manut. Bloco PSB - FNAS | | | | | |
|  | 139.650,00 | 34.611,00 | 0,00 | 75.958,85 | 98.302,15 |
| 2035 - Manut. Bloco GBF - FNAS | | | | | |
|  | 19.110,00 | 2.467,37 | 0,00 | 9.500,00 | 12.077,37 |
| 2036 - Manut. Bloco GSUAS - FNAS | | | | | |
|  | 8.610,00 | 6.275,04 | 0,00 | 6.275,04 | 8.610,00 |
| 2037 - Manut. dos Programas Sociais - Estado | | | | | |
|  | 47.200,00 | 25.957,14 | 0,00 | 0,00 | 73.157,14 |
| **Total da Unidade** | **475.000,00** | **69.320,35** | **0,00** | **213.844,27** | **330.476,08** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Unidade Gestora: 01 - MUNICIPIO DE GALVAO** | | | | | |
| **Atividade** | **Previsão** | **Suplementações** | **Anulações** | **Execução** | **Saldo atual** |
| 2003 - Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito | | | | | |
|  | 362.500,00 | 0,00 | 0,00 | 120.817,95 | 241.682,05 |
| 2004 - Manut. das Atividades Administrativas | | | | | |
|  | 1.563.424,00 | 0,00 | 0,00 | 765.616,77 | 797.807,23 |
| 2005 - Manut. da Merenda Escolar | | | | | |
|  | 174.525,00 | 0,00 | 0,00 | 59.059,18 | 115.465,82 |
| 2006 - Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental | | | | | |
|  | 2.755.871,25 | 240.362,12 | 1,35 | 1.077.009,89 | 1.919.222,13 |
| 2007 - Apoio ao Ensino Superior | | | | | |
|  | 42.000,00 | 0,00 | 0,00 | 31.132,00 | 10.868,00 |
| 2008 - Apoio a Educação Especial | | | | | |
|  | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 13.500,00 | 2.500,00 |
| 2009 - Manut. da Educação Infantil - Creches | | | | | |
|  | 454.000,00 | 53.000,00 | 53.000,00 | 76.275,49 | 377.724,51 |
| 2010 - Manut. da Educação Infantil - Pré-Escolar | | | | | |
|  | 733.500,00 | 0,00 | 0,00 | 248.750,29 | 484.749,71 |
| 2011 - Manut. das Ativ. Desenv. Social, Cultura e Esportes | | | | | |
|  | 425.500,00 | 0,00 | 0,00 | 143.864,00 | 281.636,00 |
| 2012 - Manut. das Atividades Culturais | | | | | |
|  | 350.000,00 | 0,00 | 0,00 | 36.684,26 | 313.315,74 |
| 2013 - Manut. das Atividades Esportivas | | | | | |
|  | 85.000,00 | 488.627,09 | 0,00 | 26.444,32 | 547.182,77 |
| 2014 - Manut. das Atividades do FIA | | | | | |
|  | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 7.984,00 | 42.016,00 |
| 2015 - Manut. Funcional da Agricultura | | | | | |
|  | 370.000,00 | 0,00 | 0,00 | 102.248,32 | 267.751,68 |
| 2016 - Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental | | | | | |
|  | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 2017 - Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor | | | | | |
|  | 455.000,00 | 0,00 | 0,00 | 301.554,82 | 153.445,18 |
| 2018 - Manut. das Ativ. de Infraestrutura | | | | | |
|  | 1.741.825,00 | 34.842,27 | 0,00 | 802.894,14 | 973.773,13 |
| 2019 - Manut. Convenios com a Secretaria de Segurança Pública | | | | | |
|  | 40.325,00 | 18.645,70 | 0,00 | 18.071,85 | 40.898,85 |
| 2020 - Manut. do Fundo de Defesa Civil | | | | | |
|  | 11.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.000,00 |
| 2021 - Manut. dos Serviços de Utilidade Pública | | | | | |
|  | 334.050,00 | 36.757,87 | 0,00 | 209.613,87 | 161.194,00 |
| 2022 - Amortização da Divida e Encargos Municipais | | | | | |
|  | 223.600,00 | 0,00 | 0,00 | 109.998,75 | 113.601,25 |
| 2023 - Amortização de Precatórios | | | | | |
|  | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 2039 - Resera de Cotingência | | | | | |
|  | 11.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.000,00 |
| **Total da Unidade** | **10.715.170,25** | **1.217.945,67** | **53.001,35** | **4.533.704,66** | **7.346.409,91** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Unidade Gestora: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVAO** | | | | | |
| **Atividade** | **Previsão** | **Suplementações** | **Anulações** | **Execução** | **Saldo atual** |
| 2024 - Manut. das Atividades da Saúde | | | | | |
|  | 2.973.299,75 | 44.000,00 | 44.000,00 | 1.657.250,52 | 1.316.049,23 |
| 2025 - Manut. Bloco de Atenção Básica | | | | | |
|  | 97.650,00 | 37.542,15 | 0,00 | 106.211,72 | 28.980,43 |
| 2026 - Manut. Bloco de Atenção Básica Variável | | | | | |
|  | 658.350,00 | 401.141,11 | 0,00 | 573.969,83 | 485.521,28 |
| 2027 - Manut. Bl. MAC Amb. e Hosp. e Lim. de Financ. | | | | | |
|  | 310.065,00 | 189.550,25 | 0,00 | 125.408,61 | 374.206,64 |
| 2028 - Manut. Bloco de Vigilância em Saúde | | | | | |
|  | 40.315,00 | 54.919,87 | 0,00 | 6.137,81 | 89.097,06 |
| 2029 - Manut. Bloco Assistência Farmacêutica | | | | | |
|  | 21.525,00 | 33.291,47 | 0,00 | 7.269,20 | 47.547,27 |
| 2030 - Manut. Bloco Gestão do SUS | | | | | |
|  | 5.250,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.250,00 |
| 2031 - Manut. dos Programas do SUS - Estado | | | | | |
|  | 134.375,00 | 58.956,12 | 0,00 | 75.651,21 | 117.679,91 |
| **Total da Unidade** | **4.307.829,75** | **897.145,90** | **44.000,00** | **2.582.225,87** | **2.578.749,78** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Unidade Gestora: 08 - CAMARA DE VEREADORES DE GALVAO** | | | | | |
| **Atividade** | **Previsão** | **Suplementações** | **Anulações** | **Execução** | **Saldo atual** |
| 2001 - Manut. das Atividades Legislativas | | | | | |
|  | 427.000,00 | 0,00 | 0,00 | 141.414,98 | 285.585,02 |
| 2002 - Subsídio dos Vereadores | | | | | |
|  | 350.000,00 | 0,00 | 0,00 | 106.611,19 | 243.388,81 |
| **Total da Unidade** | **777.000,00** | **0,00** | **0,00** | **248.026,17** | **528.973,83** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Total Geral** | **16.275.000,00** | **2.184.411,92** | **97.001,35** | **7.577.800,97** | **10.784.609,60** |